



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A., sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede em no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 6º andar, conjunto 602, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 35.300.370.406, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 60.537.263/0001-66, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Emissora”; e

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.486.793/0001-42, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Agente Fiduciário”,

celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., doravante designada simplesmente “Escritura de Emissão”, nos termos e condições a seguir:

1. Autorização

1.1 A emissão das debêntures (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação (“Oferta”), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 476/09”), serão realizadas com base na aprovação da Emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de agosto de 2011 (“AGE”), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).



2. Requisitos

2.1 Arquivamento da Ata de AGE. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", de acordo com o disposto no artigo 62, I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Registro da Escritura de Emissão. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Dispensa de Registro na CVM. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

2.4 Dispensa de Registro na ANBIMA. Conforme o disposto no artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3. Características da Emissão

3.1 Objeto Social da Emissora. A Emissora tem por objeto social: (a) administração, exploração e/ou controle de atividades de estacionamento de veículos, prestação de serviços técnicos, de administração, de meios de pagamento, de assessoria e de planejamento pertinente a estacionamento de veículos, seja em imóveis próprios ou de terceiros, para empresas privadas ou públicas, inclusive em áreas especiais para estacionamento rotativo de veículos, localizados em vias ou logradouros públicos; (b) importação de equipamentos para uso próprio; (c) execução de projetos, implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal para sistema de transporte; (d) compra e venda imóveis; (e) licenciamento e franquia de uso de nomes e marcas de sua propriedade e (f) participação, como acionista, sócia ou quotista, em outras sociedades.

3.2 Número da Emissão. Esta é a 2ª (segunda) emissão pública com esforços restritos de colocação de debêntures realizada pela Emissora.

- 3.3 Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.
- 3.4 Montante da Emissão. O montante total da Emissão é de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).
- 3.5 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 70 (setenta) debêntures (“Debêntures”).
- 3.6 Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26 de setembro de 2011 (“Data de Emissão”).
- 3.7 Banco Mandatário e Instituição Depositária. O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede Av. Yara, s/n - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º andar, no Município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, atuará como banco mandatário e instituição depositária (“Banco Mandatário” e “Instituição Depositária”, respectivamente).
- 3.8 Destinação de Recursos. Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados pela Emissora exclusivamente para alongamento do perfil da dívida da Emissora, aquisição de vagas de garagens, aquisição de sociedades concorrentes, construção de edifícios garagem e de garagens subterrâneas, pagamento antecipado de aluguéis de contratos de prestação de serviços de longo prazo e reforço de capital de giro.
- 3.9 Registro na CETIP. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 3.10 Colocação e Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de melhores esforços de colocação, e intermediação do Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de coordenador líder (“Coordenador Líder”), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Emissora, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder em 12 de setembro de 2011 (“Contrato de Distribuição”).

3.10.1 Com o objetivo de colocar as Debêntures, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (com adiante definidos), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

3.10.2 A Emissão não poderá ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

3.11 Comunicados. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses de titulares de Debêntures (“Debenturistas”), serão publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, observado o disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 à publicidade de ofertas públicas com esforços restritos de colocação e os prazos legais. Tais comunicados devem ser divulgados também na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.estapar.com.br).

4. Características das Debêntures

4.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”), observado o disposto no item 4.7.5 abaixo.

4.2 Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de setembro de 2012 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 6 abaixo e a possibilidade de resgate antecipado nos termos do item 5.3 e seus subitens abaixo. Por ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração (como adiante definida), calculados conforme o disposto nesta Escritura de Emissão.

4.2.1 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou outro dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Dia Útil”), exceto nos casos em que o pagamento deva ser realizado por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.3 Forma e Emissão de Certificados. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural. A Emissora não emitirá certificados ou cautelas das Debêntures.

4.4 Comprovação de titularidade das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitida pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.5 Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.6 Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.7 Subscrição, Integralização e Negociação. As Debêntures serão subscritas dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Distribuição.

4.7.1 Caso a oferta das Debêntures não seja encerrada no prazo de 6 (seis) meses contados da data de início de distribuição, o Coordenador Líder deverá enviar um comunicado à CVM, informando os dados da Emissão disponíveis, complementando-os semestralmente até o encerramento da Emissão, nos termos do artigo 8º, § 2º da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.2 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição (a data em que ocorrer a subscrição é aqui designada como a “Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.7.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará a declaração de que trata o artigo 7º da Instrução CVM nº 476/09, atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM nº 476/09 e nesta Escritura de Emissão.

4.7.4 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo

investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM nº 476/09, somente Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.5 Considerar-se-ão, para os fins desta Escritura de Emissão, como “Investidores Qualificados” aqueles assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado que, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, (i) todos os fundos de investimento serão considerados “Investidores Qualificados”, mesmo aqueles que se destinem a investidores não qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na Instrução CVM nº 476/09; e (iii) as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no artigo 109, IV da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública de Debêntures, valores mobiliários cujo montante equivalha, no mínimo, a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.7.6 A oferta das Debêntures será encerrada quando da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados.

4.7.7 Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o encerramento da oferta das Debêntures deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do encerramento.

4.8 Direito de Preferência. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.9 Remuneração. As Debêntures serão remuneradas com juros equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over Extra-Grupo, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgada pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, acrescida de *spread* de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

4.9.1 A Remuneração incidirá sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.



4.9.1.1 Data de Pagamento da Remuneração. A Remuneração das Debêntures será integralmente devida, em uma única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e de vencimento antecipado, conforme disposto respectivamente nos itens 5.3 e 6.1 abaixo.

4.9.2 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula matemática:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

Fator DI Produtório das Taxas DI-Over, com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI-Over consideradas no período entre a Data de Emissão e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 2,5000 (dois inteiros e cinco mil décimos de milésimo), informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 15 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item 4.9.3 e seguintes quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.9.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização da Taxa DI, será adotada automaticamente a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“Taxa Selic”). No caso de impossibilidade do uso da Taxa Selic, a Emissora, ou, caso esta deixe de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias corridos da data em que o índice se tornar indisponível, o Agente Fiduciário, deverá convocar assembleia geral de Debenturistas (“AGD”) (conforme procedimentos da Cláusula 9 abaixo) para deliberação, no prazo máximo de 15 (quize) dias, de comum acordo com a Emissora, sobre o índice. Caso não haja acordo na AGD sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando no mínimo 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definidas), as Debêntures em Circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade, sendo canceladas, em até 10 (dez) dias corridos após a data de realização da referida AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida, calculados *pro rata temporis* até o dia do efetivo resgate das Debêntures. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula do

item 4.9.2, sendo que a Taxa DI_k, a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração, será a última taxa DI_k disponível.

4.9.3.1 Considerar-se-ão “Debêntures em Circulação”, para os efeitos do item 4.9.3 e dos demais itens desta Escritura de Emissão, as Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

4.9.3.2 Caso a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, volte a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o item 4.9.3 acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a última taxa divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.10 Encargos da Mora. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial e de outras incorridas para a referida cobrança.

4.11 Local de Pagamento. Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou, (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, pela Instituição Depositária.

4.11.1 Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Emissora, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou de outra forma comunicadas pela Emissora, não lhe dará o direito a receber qualquer acréscimo no período relativo ao atraso, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.12 Garantias. As Debêntures não contarão com garantia real, fidejussória ou flutuante.

4.13 Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5. Amortização programada, aquisição facultativa e resgate antecipado

5.1 Amortização Programada. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

5.2 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com as regras estabelecidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações contábeis, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76. Referidas Debêntures poderão então (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda forem Debêntures em Circulação.

5.3 Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade ou de parte das Debêntures, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76 ("Resgate Antecipado").

5.3.1 O resgate antecipado somente poderá ocorrer mediante comunicação de resgate enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista para o resgate antecipado ("Comunicação de Resgate"). A Comunicação de Resgate conterá: (i) a data prevista para o Resgate Antecipado; (ii) menção do valor a ser pago aos Debenturistas, calculado na forma do item 5.3.2 desta Escritura de Emissão; e (iii) quaisquer informações adicionais necessárias à operacionalização do resgate antecipado. A Comunicação de Resgate será publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" na forma estabelecida no item 3.11 desta Escritura de Emissão.

5.3.2 O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será igual ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ~~ainda não amortizado~~, acrescido da Remuneração desde a Data de Emissão até a data em que se efetivar o resgate antecipado.

5.3.3 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão canceladas pela Emissora.

5.3.4 Na hipótese de resgate parcial das Debêntures, (i) se as Debêntures estiverem cotadas por preço superior a seu Valor Nominal Unitário, será realizado sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis e com divulgação nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que concerne às suas regras, observado o disposto no item 5.3.4.1 desta Escritura de Emissão; ou (ii) se as Debêntures estiverem cotadas por preço igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário não amortizado, o resgate parcial se dará mediante aquisição de Debêntures no mercado secundário, independentemente de sorteio, observado o disposto no item 5.2 acima e as regras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

5.3.4.1 Para Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial mediante sorteio dar-se-á por meio de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Não obstante, todas as etapas do processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação do número de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implantar funcionalidade que permita a realização de resgate parcial mediante sorteio no âmbito de sua plataforma eletrônica, esta deverá ser adotada em lugar do disposto neste item.

5.4. Alteração nas Condições das Debêntures. A qualquer momento, a Emissora poderá propor aos Debenturistas a alteração nas condições das Debêntures ("Alteração nas Condições das Debêntures"), mediante convocação de AGD especificamente para tanto, observados os procedimentos e quoruns de aprovação estabelecidos na Cláusula 9 desta Escritura de Emissão. A convocação deverá detalhar os novos termos e condições propostos e trazer anexa cópia do ato societário que aprovou a proposta de Alteração nas Condições das Debêntures, com comprovação de seu registro na JUCESP. A não realização da AGD ou a ausência de deliberação por falta de quorum não serão considerados como anuência com os novos termos propostos. Caso a proposta de Alteração nas Condições das Debêntures seja aprovada em AGD, a Emissora e o

Agente Fiduciário deverão celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão conforme necessário para refletir a Alteração nas Condições das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 2.2 acima.

6. Vencimento Antecipado

6.1 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nos itens 6.2 e 6.3 desta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração aplicável devida e dos encargos moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) pedido, pela Emissora, de recuperação judicial, extrajudicial ou auto-falência, independentemente de deferimento de seu processamento;
- (ii) pedido formulado por terceiros em face da Emissora de falência não elidido devidamente ou contestado e garantido pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de apresentação de tal pedido;
- (iii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão;
- (iv) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se tal descumprimento seja comprovadamente sanado pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
- (v) (a) alienação de ativos pela Emissora; ou (b) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer dos casos (a) e/ou (b), representem valor agregado superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (vi) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, ou

por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (a) que o protesto foi cancelado, susinado ou objeto de medida judicial que o tenha susinado; (b) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;

- (vii) caso a Emissora seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (viii) extinção, dissolução, liquidação ou transformação do tipo societário da Emissora;
- (ix) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta, não sanado no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- (x) inadimplemento pela Emissora ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer de suas obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, em relação a qualquer instituição financeira ou quaisquer dos Debenturistas, que não seja sanado dentro de eventual prazo de cura estipulado no referido contrato;
- (xi) incorporação, fusão, cisão, total ou parcial, da Emissora que impliquem em uma piora material da capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (xii) alienação ou alteração do controle societário direto ou indireto da Emissora a qualquer tempo até o cumprimento integral de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sem aprovação prévia de Debenturistas

representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em AGD especialmente convocada para esse fim;

- (xiii) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para fins outros que não aqueles expressamente mencionados no item 3.8 acima;
- (xiv) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atividades principais;
- (xv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão sem prévia expressa anuência dos Debenturistas manifestada em AGD especialmente convocada para este fim;
- (xvi) descumprimento, pela Emissora, de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e
- (xvii) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora em montante, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sem que a Emissora tenha apresentado defesa no prazo legal, e desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada.

6.2 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens i, ii, iii, viii, ix, xi da Cláusula 6.1 acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.3 Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 6.2 acima e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 6.1. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das

Debêntures em Circulação.

6.4 Imediatamente após ocorrer o vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá enviar carta registrada a esse respeito (i) à Emissora, com cópia para a CETIP, e (ii) ao Banco Mandatário.

6.5 Na ocorrência de vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento de encargos moratórios previstos no item 4.9 acima.

6.6 A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 6.5 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.7 Para fins de verificação das alíneas “v(b)”, “xvi”, e “xvii” do item 6.1 acima, a Emissora obriga-se a encaminhar, anualmente, ao Agente Fiduciário relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), nas quais a Emissora figure como ré, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como Provável, Possível e Remota).

7. Obrigações adicionais da Emissora

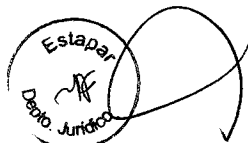
7.1 Sem prejuízo de outras obrigações assumidas em virtude de lei ou conforme esta Escritura de Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM. As demonstrações

financeiras deverão contemplar as informações necessárias para acompanhamento do evento descrito na alínea "v(a)" do item 6.1 acima;

- (b) qualquer informação relacionada com a presente Emissão e/ou com a Emissora que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28/83"), no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados data da solicitação;
 - (c) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- ii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos dos Documentos da Emissão, fato este que deverá ser comunicado imediatamente ao Agente Fiduciário;
 - iii) não reduzir seu capital social em mais do que R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) dentro de um período de 12 (doze) meses, exceto para absorção de prejuízos contábeis ou em decorrência da necessidade de adequação das demonstrações financeiras da Emissora e futuras normas contábeis, caso em que não será necessária a aprovação prévia pelos Debenturistas;
 - iv) não realizar operações fora de seu objeto social e não efetuar qualquer alteração na natureza de seus negócios, enquanto ainda houver Debêntures em Circulação;
 - v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com os Documentos da Emissão;
 - vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - vii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas;
 - viii) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que



lhe forem solicitadas;

- ix) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- x) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos no Brasil;
- xi) publicar imediatamente quaisquer decisões tomadas pela Emissora relativas a seus resultados operacionais, atividades comerciais, negócios e quaisquer outros fatos considerados relevantes, conforme regulamentado pela CVM;
- xii) encaminhar ao Agente Fiduciário, na data da sua publicação, todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses de Debenturistas;
- xiii) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para sua capacidade de honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário;
- xv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- xvi) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto vigorar esta Emissão, os prestadores de serviços relacionados às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, desde que com comprovante de despesa, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos,



inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão, desde o início da vigência da Emissão até o pagamento integral das Debêntures, inclusive em caso de cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- xviii) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização e controle brasileiros, em razão de atos, omissões e fatos imputados à Emissora; e
- xix) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis às atividades por ela realizadas no território brasileiro.

7.2 Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM nº 476/09:

- i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM nº 358/02”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº



358/02, e comunicar a ocorrência do fato relevante em questão imediatamente ao Coordenador Líder; e

vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

8. Agente Fiduciário

8.1 A Emissora neste ato nomeia a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão. O Agente Fiduciário expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura de Emissão na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

8.2 O Agente Fiduciário, nomeado pela presente Escritura de Emissão, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- v) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento.

8.2.1 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente Emissão.

8.3 O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) dia útil após a data de



assinatura desta Escritura de Emissão e os demais nos mesmos dias dos anos subsequentes até o vencimento final das Debêntures.

8.4 A remuneração do Agente Fiduciário estabelecida do item 8.3 acima será reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.5 Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos item 8.3, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento), a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* até a data do efetivo pagamento, e a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, calculado *pro rata die* até a data do efetivo pagamento.

8.6 A parcela supracitada será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Imposto de Renda, CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, na alíquota vigente na data de pagamento.

8.7 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta-corrente por ele indicada previamente à Emissora, por escrito.

8.8 A Emissora compromete-se a efetuar, mediante aprovação prévia sempre que isso for possível, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas. As despesas referidas neste item compreendem, inclusive, aquelas relacionadas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previstos nesta Escritura de Emissão, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e

alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e

- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.9 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.10 A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, enquanto o Agente Fiduciário atuar na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora. A remuneração será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.11 Nas hipóteses de renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência do Agente Fiduciário ou qualquer outro caso de vacância de seu cargo, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias corridos antes do término final do prazo acima mencionado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha de novo agente fiduciário.

8.12 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por

circunstâncias supervenientes, deverá comunicar isso imediatamente aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.13 Fica estabelecido que, na hipótese do Agente Fiduciário solicitar sua substituição, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do IGP-M, apurado pela FGV.

8.14 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.15 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada.

8.16 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, observado o disposto no item 9.10.

8.17 Aplicam-se à substituição do Agente Fiduciário as normas da CVM.

8.18 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em regulamentação da CVM:

- i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços por si prestados, nos termos da legislação vigente;
- iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados ao desempenho de suas funções;
- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base exclusivamente no parecer legal do escritório Cascione, Pulino, Boulos & Santos Advogados, contratado para Emissão em tela, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e dos seus respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- x) solicitar, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções, se assim solicitado por qualquer dos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas de Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, bem como de outros órgãos e entes públicos, do local onde se situa a sede da Emissora e/ou onde desenvolve suas atividades;
- xi) convocar, quando necessário, a AGD, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa indicados no item 12 abaixo, respeitados os procedimentos legais de publicação e aquelas mencionados nesta Escritura de Emissão;
- xii) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as



informações abaixo; para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários e demais informações necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o atraso ou a não divulgação de informações obrigatórias pela Emissora;
- b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período e que tenham correlação direta com as Debêntures;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização, e/ou pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos diretores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) informações sobre existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora por sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão;



quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- xiv) comunicar aos Debenturistas, por meio de publicação nos órgão de imprensa elencados no item 12 abaixo, que o relatório anual a eles destinado encontra-se disponível nos locais indicados no subitem (xv) abaixo;
- xv) colocar o relatório referido no subitem (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a) na sede da Emissora;
 - b) no escritório principal do Agente Fiduciário;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e à Instituição Depositária;
- xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem eventualmente resgatadas antecipadamente, nos termos desta Escritura de Emissão;
- xviii) administrar os recursos oriundos da Emissão das Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no artigo 60, §2º da Lei das Sociedades por Ações;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de que tenha conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o

local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; essa comunicação deverá, também, ser enviada à CVM e à CETIP;

- xxi) disponibilizar, diariamente, o valor unitário de cada Debênture, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através da central de atendimento do Agente Fiduciário; e
- xxii) utilizar os procedimentos judiciais ou extrajudiciais aplicáveis para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, devendo, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura de Emissão:
 - a) representar os Debenturistas em processo de execução judicial, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
 - b) representar os Debenturistas em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
 - c) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos.

8.19 Nos termos do artigo 68, §4º da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

8.20 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

9. Assembleia geral dos Debenturistas

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 A AGD poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; ou, ainda, (iv) pela CVM.

9.3 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos então presentes.

9.5 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture será atribuído um voto, admitida a presença de mandatários, sejam eles próprios Debenturistas ou não.

9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.8 Exceto se de outra forma estabelecida nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando pelo menos a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, observado que quaisquer alterações relacionadas (i) à Remuneração das Debêntures, (ii) aos valores e datas de pagamento do principal das Debêntures, (iii) à prestação, à substituição ou ao reforço de garantias; (iv) às hipóteses de vencimento antecipado; (v) à alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula 9; e/ou (vi) às alterações nos procedimentos aplicáveis às AGDs, estabelecidas nesta Cláusula 9, dependerão da aprovação por Debenturistas representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Em qualquer caso de alteração das características das Debêntures, haverá a necessidade de aprovação da Emissora.

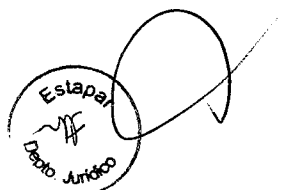
9.9 As decisões dos Debenturistas tomadas em observância ao disposto no item 9.8 acima serão soberanas para todos os fins de direito, relativamente a todos os termos e condições desta Escritura de Emissão. Exceto se especificamente mencionado de outra forma nesta Escritura de Emissão, qualquer alteração aos termos das Debêntures deverá ser aprovada pelos Debenturistas reunidos em assembleia, e um aditamento a esta Escritura de Emissão deverá ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

9.10 Qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão deverá ser registrado na JUCESP e seu respectivo comprovante de registro encaminhado ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias contados da data de sua formalização.

10. Declarações e garantias da Emissora

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, bem como todas as aprovações, autorizações e consentimentos necessários foram obtidos e encontram-se válidos, eficazes e em pleno vigor;
- (iv) esta Escritura de Emissão e as disposições nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- (v) os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) (1) o estatuto social da Emissora; (2) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte; (3) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (4) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora; e (b) não resultarão em: (1) situação de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, (2) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;



- (vii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora nas respectivas datas;
- (viii) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (ix) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (x) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura de Emissão e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- (xii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa (a) a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Emissão ou (b) a solvência da Emissora;
- (xiii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa (a) a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Emissão ou (b) a solvência da Emissora;

- (xiv) não há fatos relativos à Emissora ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura de Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- (xv) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa afetar de forma materialmente adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão.

10.2 A Emissora deverá notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações por si prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. Disposições gerais

11.1 Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora.

11.2 A ilegalidade, nulidade, anulação ou ineficácia, no todo ou em parte, de quaisquer das disposições desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de ilegalidade, nulidade, anulação ou ineficácia de qualquer das disposições desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula afetada, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula afetada, observados a intenção e o objetivo das partes quando primeiro negociaram referida cláusula, e o contexto em que se insere.

11.3 Esta Escritura de Emissão e cada uma das Debêntures constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, II da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”). As partes reconhecem desde já que, independente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461 e 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.4 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. Se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes a seguir:

Para a Emissora:

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Rua Joaquim Floriano, nº 466, 6º andar, conjunto 602

São Paulo – SP

At.: Sr. Emilio Sanches Salgado Junior

Tel.: (011) 11 2161 8019

Fax: (011) 11 2161 8002

E-mail: emilio.sanches@estapar.com.br

Para o Agente Fiduciário:

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte)

São Paulo – SP

At.: Mauricio da Costa Ribeiro / Livia Arbex

Tel.: (011) 3133-0350 / (011) 3133-0362

Fax: (011) 3133-0360

E-mail: mribeiro@brltrust.com.br / larbex@brltrust.com.br / controle@brltrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Av. Yara, s/n - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º andar



São Paulo – SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (011) 3864.7911 / (011) 3684-2852

Fax: (011) 3684-5645

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a Cetip:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Gerência de Valores Mobiliários

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663/4º andar, São Paulo, SP, 01.452-001

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Tel.: (011) 3111-1596

Fax: (011) 3111-1564

11.4.1 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto acima serão arcados pela parte inadimplente.

11.5 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12. Publicidade

12.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.

13. Arbitragem

13.1 Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionadas com a interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos, não solucionadas de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, por

uma parte à outra, sobre o conflito (exceto nas hipóteses previstas nesta Escritura de Emissão em que há prazo de cura específico) serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvidas por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal composto por três árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura de Emissão e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerão as desta Escritura de Emissão.

13.2 A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as regras do Regulamento.

13.3 A recusa, por qualquer parte, em celebrar os termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

13.4 A sentença arbitral será proferida no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, natureza de decisão final e irrecorrível.

13.5 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, ou medidas coercitivas para execução desta cláusula arbitral, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instauração do procedimento arbitral, as partes elegem o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução do mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou renúncia à sujeição das partes à arbitragem.

13.6 As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 12 deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas.

São Paulo, 12 de setembro de 2011.

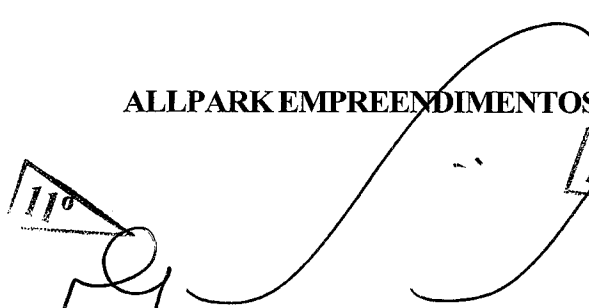
(as assinaturas seguem nas páginas seguintes)




A large, stylized handwritten signature consisting of a large loop and a long vertical stroke.

(Página de assinaturas 1/3 do presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., firmado em 12 de setembro de 2011 entre Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.


Nome: **Helio F. A. Cerqueira**
Cargo:

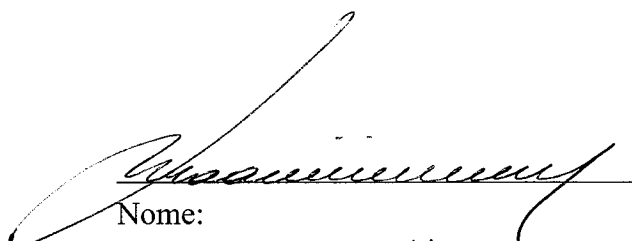

Nome: **Emilio S. Salgado Jr.**
Cargo:





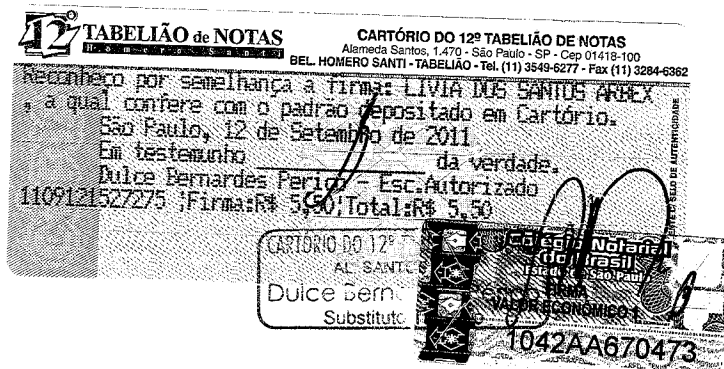
(Página de assinaturas 2/3 do presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., firmado em 12 de setembro de 2011 entre Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: _____
Livia Arbex
Departamento Jurídico

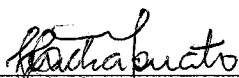



Nome: _____
Cargo: _____



(Página de assinaturas 3/3 do presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., firmado em 12 de setembro de 2011 entre Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

TESTEMUNHAS:


Nome: Herick Azeiteiro Nonato
RG: 46 328 001-5
CPF: 395 780 008-04


Nome: Rêa Aparecida Gomes Cruz
RG: 33.921.340-1
CPF: 304.765.548-02

